

APRESENTAÇÃO ONLINE - II - PSICOLOGIA E QUESTÕES SOCIAIS

**INCLUSÃO ESCOLAR E A EFETIVAÇÃO DE DIREITOS NA EXPERIÊNCIA
DE MÃES CUIDADORAS**

Wanda Mendes De Oliveira (wandamendesbnorte@gmail.com)

Tatiana Benevides Magalhães Braga (tatiana.braga@ufu.br)

O presente estudo analisa os desafios para a efetivação da inclusão escolar de crianças com deficiência, problematizando a distância entre as garantias legais e a realidade vivida pelas famílias, com o objetivo de compreender como essa lacuna impacta a experiência de mães cuidadoras e a construção do cuidado no cotidiano. Parte-se da compreensão de que, embora a legislação assegure o direito à educação inclusiva, sua materialização depende de práticas institucionais concretas e de redes de apoio efetivas. A investigação foi desenvolvida a partir de registros de atendimento em plantão psicológico realizado em uma instituição voltada ao atendimento de pessoas com deficiência, tomando como eixo a narrativa de uma mãe de criança com síndrome de Down que enfrentava dificuldades na inserção e permanência do filho na escola regular. Fundamentado na perspectiva fenomenológica existencial, o estudo buscou descrever a experiência vivida, considerando os sentidos atribuídos pela cuidadora às situações de exclusão, à sobrecarga emocional e às fragilidades institucionais encontradas no percurso escolar. No

desenvolvimento das reflexões, articulam-se os princípios da educação inclusiva previstos na legislação brasileira com a análise das práticas escolares observadas, evidenciando tensões entre o direito formalmente assegurado e a ausência de suporte pedagógico adequado, formação continuada de profissionais e redes intersetoriais efetivas. A experiência relatada revelou sentimentos de ansiedade, esgotamento e solidão materna, associados à responsabilização individual pelo processo de adaptação da criança, ao mesmo tempo em que destacou a potência do espaço de escuta psicológica como dispositivo de acolhimento e reorganização subjetiva. O plantão psicológico possibilitou à mãe ressignificar sua experiência, fortalecer estratégias de enfrentamento e ampliar a percepção sobre a necessidade de corresponsabilidade entre família, escola e políticas públicas. Conclui-se que a inclusão escolar não se concretiza apenas por meio de dispositivos legais, mas requer compromisso institucional, formação ética e política dos profissionais e fortalecimento das redes de apoio às famílias, de modo que o direito à educação se traduza em experiências efetivas de pertencimento, aprendizagem e dignidade para crianças com deficiência e seus cuidadores.

Palavras-chave: palavras-chave: educação inclusiva; sofrimento materno; plantão psicológico; políticas públicas.